

# O Multiplicador de Força

## GRUPOS ARMADOS PRÓ-GOVERNO

Inúmeros grupos armados não governamentais existem por todo o mundo. Não há um cálculo exacto e o seu número pode alcançar os milhares. Há grupos armados não governamentais de várias formas e tamanhos. Diferem nos seus objectivos, na composição, no tipo de membros, na organização, na longevidade, nas actividades e no uso de armas leves.

Muitas pessoas têm a ideia que os grupos armados não governamentais são os que agem em oposição ao governo. Grupos envolvidos em guerras civis – insurgentes, lutadores pela independência, terroristas e rebeldes – são o estereótipo de grupos armados não governamentais.

Menos frequentemente considerados são aqueles grupos que possuem ligações com o Governo – quer estas relações sejam visíveis ou dissimuladas – e que operam apoiando as estratégias governamentais. Estes ‘grupos não governamentais pró-governo’ (PGAGs) vão desde movimentos de jovens a gangues de rua, de assassinos políticos a milícias e de organizações para a defesa de comunidades a grupos paramilitares.

**PGAGs podem sofrer diversas mudanças em relação à sua forma e seus objectivo originais.**

Durante as últimas décadas os PGAGs têm desempenhado um papel cada vez mais importante nos programas de segurança, campanhas políticas e guerras. Apesar do seu amplo emprego pelo Governo e dos impactos frequentemente devastadores sobre as populações locais, eles continuam a ser um fenómeno pouco estudado, com pouca atenção dada ao como e ao porquê estes grupos são usados e as implicações políticas e de segurança deste facto.



Um partidário da milícia pró-governo 'June Patriote' segura um cartaz numa demonstração em Abidjan, Costa do Marfim, 4 de Novembro de 2004.  
© AP Photo/Emanuel Ekra

As principais conclusões deste capítulo são as seguintes:

- PGAGs são primeiramente empregados dentro das fronteiras de um país, mais do que fora das suas fronteiras e exercem um papel importante na política interna de um país e na perpetração de violência contra civis.
- PGAGs representam um sério risco para a população civil – risco que é potencialmente muito maior do que o representado pelas forças de segurança nacional. Este risco é particularmente verdadeiro quando os Governos reservam o pior tipo de violência para os PGAGs e permitem que estes operem com impunidade.
- PGAGs oferecem uma importante fonte de segurança a algumas comunidades, sublinhando assim sua utilidade positiva e o seu apoio à comunidade e salientando a dificuldade de rotular grupos como ‘bons’ ou ‘maus’.
- Para muitos Governos, os PGAGs servem como instrumentos úteis e maleáveis para alcançar seus objectivos, de uma maneira que os isenta da responsabilidade pela prática de abusos.
- Os PGAGs representam riscos significativos tanto para comunidades como para os Governos, quando os governos falham na tentativa de estabelecer ou manter o controlo sobre estes grupos ou quando os grupos desenvolvem novos objectivos.

Este capítulo é baseado no exame minucioso de numerosos relatórios sobre um grande número de grupos armados não governamentais pró-governo. Esta análise começa a formar uma melhor compreensão deste grupos, das suas relações com o Governo, dos papéis que desempenham, e do impacto que suas acções têm sobre as comunidades e a população civil.

O termo pró-governo é usado para indicar que o grupo tem alguma forma de vínculo com o Governo. Esta relação pode ser descrita de três maneiras: criação, cooptação e aliança. Os Governos usam os PGAGs por várias razões e pelos vários benefícios económicos, estratégicos e políticos que eles oferecem.

Os grupos armados pró-governo desempenham pelo menos três papéis chave no apoio ao Governo. Eles ajudam a travar guerras quando as forças armadas governamentais estão sobrecarregadas, são insuficientes ou são incapazes de exercer este papel. Eles ajudam na realização de objectivos políticos, a maioria das vezes vitórias eleitorais mas também outras actividades, como forçar grupos minoritários ao exílio. Eles também oferecem segurança às comunidades em situações de anarquia, policiamento ineficaz ou violência comunal.

Os PGAGs são frequentemente associados a táticas predatórias e à violência indiscriminada. Muito poucos operam dentro dos limites da lei ou com respeito pelas leis humanitárias ou dos direitos humanos. As suas reputações ligadas à brutalidade são com frequência bem merecidas. No entanto, muitos provaram ser indispensáveis na protecção de comunidades em situações em que o Governo não pode ou não o faz. Ainda assim, mesmo os que protegem podem ser perigosos e cometer abusos. É muito difícil rotular qualquer PGAG como “bom” ou “mau” e estes rótulos dependem da posição do observador. Os PGAGs podem actuar de maneira predatória e representarem um perigo claro e presente para certas comunidades, enquanto, ao mesmo tempo, proporcionam a outras comunidades uma fonte de protecção.

**PGAGs têm maior possibilidade de servir como uma fonte de protecção quando operam na sua comunidade de origem.**

Coloca-se ainda uma questão importante: o que acontece quando um PGAG já não é mais necessário? Um grupo pode seguir um dos quatro caminhos mais comuns. Primeiro, o grupo pode dissolver-se depois que a sua tarefa estiver terminada. Segundo, o Governo pode integrar o PGAG nas suas forças oficiais, legitimando e legalizando a contínua presença do grupo em operações. Terceiro, o PGAG pode transformar-se num outro tipo de entidade, tal como um grupo anti-governamental ou uma organização criminosa. Ou, por último, o grupo pode converter-se num partido político. A escolha do caminho depende muitas vezes das circunstâncias do grupo, do equilíbrio dos incentivos económicos e políticos e da percepção de ameaças.

Os PGAGs não podem ser simplesmente comparados com as forças estatais legítimas, repudiados como bandidos incontroláveis, ou justificados como um mal necessário porque o Estado não institui, ou não consegue instituir a segurança em certas áreas. O emprego de PGAGs como representantes do Estado tem importantes implicações políticas e de segurança. Actores políticos tendem a concentrar-se nos benefícios imediatos de cooptação ou de criação das suas próprias milícias, mas deixam de considerar as ameaças a longo prazo à segurança pública que estes grupos podem representar. Grupos criados para assistirem e apoiarem um Governo desafiam com frequência esse mesmo Governo e seguem o seu próprio caminho. ■